

Assembleia Geral

24 de abril (quinta-feira) 18h30

campus da Praia Vermelha – local a confirmar

PAUTA

Informes; Análise da Conjuntura e indicativo de greve; Eleição da Comissão Eleitoral para: pleitos do Andes-SN e de complementação dos cargos vagos do CR da Adufrj-SSind; Assuntos Gerais.

Conselho de Representantes

24 de abril (quinta-feira) 16h30

campus da Praia Vermelha – local a confirmar (mesma pauta da AG)

Todos os professores sindicalizados podem participar das reuniões do CR.

www.adufrj.org.br

Adufrj

Jornal da Seção Sindical dos Docentes da UFRJ

SEÇÃO SINDICAL

Andes-SN - Ano XIII nº 841 - 14 de abril de 2014 - Central Sindical e Popular - Conlutas

Um absurdo

Aulas em Xerém só até 17h por falta de energia

Página 10



Silvia Sa - 09/04/2014

MOVIMENTO DOCENTE

Debate avança na UFRJ e Andes-SN se reúne com o MEC

A universidade viveu uma semana movimentada com assembleia e debates que aprofundaram o entendimento sobre a pauta nacional dos docentes. A reestruturação da carreira e condições de trabalho, previdência, salários e a inaceitável proposta de regulamentação interna da carreira foram conteúdo das reuniões. Em Brasília, a direção do Andes-SN foi recebida na SESu/MEC.

Páginas 2, 3 e 4



Marco Fernandes - 10/04/2014

Sob tenda armada no centro do campus da Praia Vermelha, professores discutem o seu futuro

50 ANOS DO GOLPE

Adufrj-SSind quer cassação de homenagem da UFRJ a ditador

Página 5

Livro revela em detalhes o impacto da ditadura nas universidades brasileiras

Página 6

Ato no Teatro de Arena do CCS homenageia mulheres assassinadas pelo regime militar quando estudavam na UFRJ

Página 6

Polêmica no debate sobre os Anos de Chumbo organizado pela Coppe

Página 7

Ex-alunos do Cap relatam experiências na luta de resistência aos governos dos generais

Página 8

SEGUNDA PÁGINA

Andes reúne-se com MEC

Dirigentes do Sindicato apresentam ao ministério as reivindicações da categoria

A presidenta do Andes-SN, Marinalva Oliveira, avisou a Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) que os professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vão definir até o final de abril o desdobramento do processo de mobilização que coloca no horizonte a possibilidade de uma greve.

O comunicado foi feito na quinta-feira 10 quando o Andes-SN apresentou ao secretário da SESu, Paulo Speller, três pontos para dar

início às discussões conceituais acerca da reestruturação da carreira docente, com base na pauta de reivindicações aprovada no 33º Congresso do Sindicato Nacional e já protocolada junto ao MEC. "De amanhã (sexta, dia 11) até a próxima reunião do Setor das IFES no final de abril, teremos novas rodadas de assembleias que debaterão os próximos passos da mobilização e a possibilidade de deflagração da greve. Para isso, precisamos ter respostas efetivas do MEC em relação ao que estamos apontando neste

Próxima reunião está marcada para 23 de abril

documento", informou Marinalva ao secretário do ministério.

A presidenta do Sindicato Nacional explicou a Speller que a movimentação dos docentes obedece às deliberações da última reunião de representantes das IFES que definiu um calendário de mobilizações, com paralisação

em vigília para aquele encontro. "Tivemos uma reunião muito representativa, com a participação de 41 seções sindicais, e tiramos uma agenda de atividades para acompanhar os desdobramentos das reuniões no MEC", disse.

Condições de trabalho, valorização salarial de ativos e aposentados e autonomia universitária foram destacados pela dirigente do Andes-SN como pontos prioritários. Ela salientou, ainda, que reestruturação da carreira está diretamente ligada à valorização salarial.

Plano de saúde

As adesões para o convênio firmado entre a Unimed e a Adufrj-SSind estão abertas, com carência reduzida, até 15 de abril, para consultas, exames, internações e cirurgias. A carência reduzida só será possível para os segurados com idade inferior a 59 anos.

Tabela

A tabela com os valores por faixa etária pode ser conferida em <http://migre.me/g4qXL>. O próximo aumento só vai ocorrer em dezembro deste ano.

Informações

Faça seu agendamento e tire suas dúvidas sobre o plano de saúde pelo telefone 97686-6793 ou pelo e-mail convenio.unimed@adufjrj.org.br.

JURÍDICO

Ação dos 3,17%: Adufrj-SSind ainda aguarda resposta da reitoria

Como já foi noticiado no fim do ano passado, a Seção Sindical ganhou a ação dos 3,17% que reconhece o direito ao reajuste no período de janeiro de 1995 a dezembro de 2001. Todos os professores que atuaram na UFRJ nesse período, inclusive os não filiados à Adufrj-SSind, receberão os valores corrigidos.

A Adufrj-SSind solicitou os contracheques de todos os professores no período citado, mas a reitoria ainda não repassou as informações necessárias para o cálculo do quantitativo devido. A Seção Sindical aguarda esses documentos e, há alguns dias, enviou nova solicitação à administração da universidade. Foram enviados ofícios em 11 de setembro do ano passado, em 2 de dezembro e em 19 de março, fora vários e-mails cobrando resposta aos documentos.

Histórico

Com a criação do Plano Real, em 1994, a Lei 8.880/94 estabeleceu que os servidores públicos federais teriam toda a inflação reposta do período de julho de 1994 a janeiro de 1995 (25,95%) e que este reajuste seria concedido naquele ano. No entanto, esta reposição não ocorreu de forma integral, restando uma diferença de 3,17% na recomposição dos vencimentos.

Depois, o Superior Tribunal de Justiça confirmou a decisão do TRF da 2ª Região que reconheceu o direito de os professores receberem os valores referentes ao índice de 3,17% no período de 19 de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2001, com juros e correção monetária.



O secretário Paulo Speller, concordou com alguns pontos apresentados pela presidenta do Andes-SN, Marinalva Oliveira

Schuch apresenta pontos

Luiz Henrique Schuch, 1º vice-presidente do Andes-SN, fez a apresentação dos pontos na reunião explicando que "o que trazemos aqui são questões bem concretas, que retomam inclusive conceitos que foram se perdendo durante o processo de desestruturação da nossa carreira ao longo dos anos".

O Andes-SN reivindica fixar, no corpo da Lei, degraus constantes para evolução na carreira, com valorização da titulação e regime de trabalho com percentuais fixos e com lógica entre si,

incidindo sobre o piso gerador da tabela. E que o desenvolvimento na carreira, respeitados os interstícios definidos na Lei, seja concebido, organizado e regulamentado no âmbito da autonomia de cada instituição, de acordo com o projeto de desenvolvimento da universidade, valorizando, de forma equilibrada, o tempo de serviço, a formação continuada e a avaliação do plano de trabalho aprovado na sua unidade acadêmica de lotação.

Schuch explicou que, para esse último ponto, os critérios

e os métodos deverão levar em consideração a contextualização social, as condições concretas em que se dá o trabalho e a diversidade das práticas acadêmicas e características de cada área do conhecimento.

Speller afirmou ter compreensão e concordância conceitual em relação aos dois primeiros pontos. Já frente ao desenvolvimento na carreira apontou que este é um tema que merece ser melhor explorado e esmiuçado e já adiantou que havia concordância na necessidade de elabo-

rar uma base que dê autonomia às universidades. Mas não tinha clareza de que se poderia deixar "tão aberto" como propõe o Sindicato Nacional.

O secretário da SESu/MEC informou que estudará, junto da equipe técnica do MEC, os demais documentos já apresentados pelo Andes-SN para trazer uma resposta ao Sindicato Nacional, na próxima reunião, que ficou agendada inicialmente para o dia 23 de abril. (Fonte: Andes-SN. Edição Adufrj-SSind)

SEÇÃO SINDICAL DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO DO SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Sede e Redação: Prédio do CT - bloco D - sala 200 Cidade Universitária CEP: 21949-900 Rio de Janeiro-RJ Caixa Postal 68531 CEP: 21941-972 Tel: 2230-2389, 3884-0701 e 2260-6368

Diretoria da Adufrj-SSind Presidente: Cláudio Ribeiro 1º Vice-Presidente: Luciana Boiteux 2º Vice-Presidente: Cleusa Santos 1º Secretário: José Henrique Sanglard 2º Secretário: Romildo Bomfim 1º Tesoureiro: Luciano Coutinho 2º Tesoureira: Regina Pugliese CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ADUFJRJ-SSIND Escola de Serviço Social Mauro Luis Iasi; Luis Eduardo Acosta Acosta; Henrique André Ramos Weller; Lenise Lima Fernandes Faculdade de Educação Claudia Lino Piccinini; Andrea Penteado de Menezes; Alessandra Nicodemos Oliveira Silva; Filipe Ceppas de Carvalho e Faria; Roberto Leher Escola de Comunicação Luiz Carlos Brito Paternostro Faculdade de Administração e Ciências Contábeis Vitor Mario Iorio Instituto de Economia Alexis Nicolas Saludjian Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional Cecília Campello do Amaral Mello Faculdade Nacional de Direito Mariana Trotta Dallalana Quintans; Vanessa Oliveira Batista Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Eunice Bomfim Rocha; Luciana da Silva Andrade; Sílvia Meimaridou Rola; André Onioli Paneriras Escola de Belas Artes Patricia March de Souza; Carlos de Azambuja Rodrigues; Rogéria Moreira de Ipanema Faculdade de Letras Gumerinda Nascimento Gonda; Vera Lucia Nunes de Oliveira Escola de Educação Física e Desportos Luis Aureliano Imbinha Silva; Alexandre Palma de Oliveira; Marcelo Paula de Melo; Michele Pereira de Souza da Fonseca Escola de Enfermagem Anna Mary Walcyr de Oliveira Barros; Gerson Luiz Marinho Coppe Vera Maria Martins Salim Escola Politécnica José Miguel Bendrao Saldanha; Coordenador de Comunicação Luiz Carlos Maranhão Editor Assistente Kelvin Melo de Carvalho Reportagem Silvana Sá e Elisa Monteiro Projeto Gráfico e Diagramação Douglas Pereira Estagiários Darlan de Azevedo Junior e Guilherme Karakida Tiragem 4.000 E-mails: adufjrj@adufjrj.org.br e secretaria@adufjrj.org.br Redação: comunica@adufjrj.org.br Diretoria: diretoria@adufjrj.org.br Conselho de Representantes: conselho@adufjrj.org.br Página eletrônica: <http://www.adufjrj.org.br> Os artigos assinados não expressam necessariamente a opinião da Diretoria.

MOVIMENTO DOCENTE

Discussão se aprofunda

Assembleia Geral da Adufrj-SSind, na FAU, aprovou as atividades da quarta-feira, 10 de abril

A inquietação que põe o movimento docente em atmosfera de mobilização aqui e país afora se refletiu na quinta-feira, 10 de abril (dia de paralisação) no roteiro de atividades organizadas pela Adufrj-SSind. A luta por carreira e condições de trabalho transcende as bandeiras específicas e, como disse o professor Ronaldo Lima Lins, o debate a que o conjunto dos professores está sendo

convocado tem relação com o esforço para neutralizar a decadência física e intelectual da universidade posta em curso pelos adversários da educação pública. As ações na quinta-feira começaram já na sessão do Consuni, na qual foi apresentado o pedido de cassação do título de Doutor *Honoris Causa* concedido ao general Garrastazu Médici, um dos militares que conduziram o terror de Estado no regime mi-

litar. Ainda na parte da manhã, um debate sobre regulamentação da progressão da carreira na UFRJ ocupou o hall da reitoria. À tarde, as atividades se voltaram para o *campus* da Praia Vermelha. Houve um debate aprofundado sobre pontos específicos da pauta nacional dos docentes das IFES (Condições de Trabalho, salários, carreira, PNE, autonomia universitária e previdência) se reuniram.

Oportunidade para refletir

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

“Uma oportunidade para que a reflexão sobre o processo de decadência física e mesmo intelectual da universidade, como está em curso, se espalhe. E para que, de alguma forma, a gente consiga neutralizar isso”, propôs Ronaldo Lima Lins, professor emérito da Faculdade de Letras. A formulação resume as deliberações da Assembleia Geral da Adufrj-SSind que, no dia 8, aprovou a paralisação em 10 de abril (leia mais nas páginas 4 e 5).

Também pesou para a decisão o fato de o Andes-SN e o MEC encontrarem-se na mesma data, em Brasília (DF). No caso, a paralisação (não só na UFRJ) serviria como um alerta aos dirigentes do ministério sobre a insatisfação dos docentes.

Além de panfletagens e debate no hall da reitoria, na manhã do dia 10, em paralelo à sessão do Consuni, os professores optaram por aprofundar tópicos estratégicos em grupos de trabalho, na parte da tarde, no *campus* da Praia Vermelha. Os temas foram: condições de trabalho, valorização salarial e reestruturação da carreira, Plano Nacional de Educação e autonomia universitária e aposentadoria e Fundação de Previdência Complementar dos servidores (Funpresp).

“Na universidade, foi criado um processo de fragmentação de tal ordem que praticamente a gente não se identifica com colega que está ao lado”, continuou Ronaldo Lima Lins. “Houve uma histeria produtivista, modelos importados que dificultaram muito aquela ideia de fraternidade que um dia a universidade cultivou”.

Durante a AG, os professores

“O que percebemos foi de fato uma Reforma Universitária fatiada”

Cláudio Ribeiro
Presidente da Adufrj-SSind

avaliaram o quadro dois anos depois da última greve nacional (2012) e as perspectivas de mobilização. Cláudio Ribeiro, presidente da Adufrj-SSind, destacou que mudanças legais recentes atingiram diretamente os professores da UFRJ, no último período. Na reunião, foi distribuída uma listagem com quase vinte novas regulamentações (ou propostas) relacionadas ao funcionalismo, à universidade e ao magistério. “Retrospectivamente, o que percebemos foi de fato uma Reforma Universitária fatiada”, disse. “Talvez a concretude disso esteja de maneira mais profunda na constituição da carreira dos professores novos. É possível que sejam os que melhor evidenciam os problemas que teremos pela frente”, disse.

De acordo com Alexis Saludjian (Instituto de Economia), a perspectiva da Unidade é de “renovação” de 30% a 40% de seu quadro, “inclusive com professores vindos de outras IFES, que vão receber menos para fazer o mesmo trabalho”. Ao longo do debate, Cinda Gonda (Letras) lembrou que, não por acaso, a greve de 2012 “praticamente reuniu duas gerações: os que ingressavam e os que estão já de saída”.



Professor emérito da Letras, Ronaldo Lima Lins pede uma reflexão sobre a universidade

Condições de trabalho em imagens

A Adufrj-SSind lançou um novo perfil no *facebook* com o objetivo de colher fotos que registrem as condições de trabalho precárias na UFRJ. Todos podem colaborar: basta enviar uma ou mais imagens, com breve descrição e a indicação do

local da universidade onde existe o problema. O objetivo é inspirar a arte do próximo *outdoor* da Seção Sindical, na lateral do ex-Canecão, por conta das comemorações do 1º de maio. Para acessar esta nova página: <https://www.facebook.com/condicoesdetrabalhoulfrj>.

O perfil anterior da Seção Sindical, de maior abrangência, já foi transformado numa fanpage. Ela pode ser visitada em: <https://www.facebook.com/adufrj.ssind>.



MOVIMENTO DOCENTE

Parar, discutir e organizar o movimento

Durante o Dia de Mobilização, temas como condições de trabalho, democracia interna, carreira e salários foram avaliados em reuniões docentes no Fundão e na Praia Vermelha

Atividades ocorreram em 10 de abril

Durante o Dia de Paralisação com Mobilização aprovado pela Assembleia Geral de 3 de abril, a Seção Sindical promoveu reuniões com docentes na ilha do Fundão e no campus da Praia Vermelha. Foi um dos momentos importantes para aprofundar a discussão relativa aos temas que afligem a categoria. Ao mesmo tempo, os diretores mantinham os colegas informados sobre os desdobramentos da reunião sobre carreira entre representantes do Andes-SN e do MEC, em Brasília (DF) (leia mais na página 2).

Quanto às condições de trabalho, a expansão sem a adequada infraestrutura provocada pelo Reuni foi mencionada como um dos fatores causadores dos problemas. Outra questão estaria ligada à dificuldade de obras de melhoria nos muitos prédios históricos (e tombados) da instituição.

Mas também foi destacado que as condições de trabalho não se limitam apenas à infraestrutura física da UFRJ: o assédio moral e a crescente terceirização dentro da universidade também foram alguns exemplos citados.

A diretoria incentivou os participantes dos encontros para que fotografem, em suas Unidades, essas situações. O material deverá ser enviado para um novo perfil da Adufrj-SSind no Facebook com uma breve descrição. As imagens vão ajudar a inspirar o próximo outdoor da Seção Sindical na lateral do ex-Canecão (leia mais na página 3).

PNE e autonomia universitária

Outro item discutido nas reuniões do Dia de Mobilização foi o Plano Nacional de Educação proposto pelo governo: o texto original, que já era ruim, conseguiu ser piorado em sua passagem pelo Senado. Naquela Casa legislativa, foram feitas mudanças que favorecem a utilização de recursos públicos no setor privado educacional. Agora, a matéria tramita na Câmara dos Deputados. Em resposta, o movimento docente prepara um grande Encontro Nacional



Reunião na Praia Vermelha aconteceu em tenda montada em frente ao CFCH



No Fundão, encontro docente foi no hall do prédio da reitoria

no segundo semestre deste ano, em articulação com outras entidades. Ainda neste sentido, foi enfatizada a necessidade de integração das lutas do setor educacional público com as Jornadas de Junho, durante a Copa do Mundo.

Também houve a compreensão de que o PNE faz parte de uma movimentação maior de seguidos governos, sempre atacando a educação pública. No que diz respeito ao ensino superior, ele é visto como parte de uma contrarreforma universitária. E se a autonomia das universidades públicas está sob ataque externo, também existe a necessidade de aprofundar o debate sobre a democracia interna: uma das tarefas mais importantes do próximo período, entendem os docentes, deverá ser retomar o debate da (hoje paralisada) Estatuinte.

Funpresp

O Fundo de Previdência Complementar dos servidores públicos (Funpresp) continua assustando os docentes. E a recomendação do Andes-SN e da Adufrj-SSind prossegue na mesma linha, para antigos e novos na carreira: a categoria não deve aderir ao fundo.

Carreira e malha salarial

Os professores que participaram das atividades de mobilização compreendem que os salários devem ser recompostos, seguindo a malha proposta na carreira única do Andes-SN. O piso gerador da tabela toma como base o salário mínimo do DIESSE e os valores conseguidos com as progressões e promoções obedecem a uma lógica que não existe nas carreiras atuais. E sem "penduricalhos" deve haver apenas uma única linha no contracheque.

No caso da UFRJ, a preocupação imediata reside na regulamentação interna à universidade das normas de progressão e promoção. Que essa discussão seja feita de forma conjunta para todas as classes foi o princípio que norteou a maioria esmagadora das intervenções.

De acordo com Luciano Coutinho, diretor da Seção Sindical, o novo desenho da carreira acentua as disparidades e a "rivalidade entre os docentes". "O que se observa é um sistema de avaliação a partir de parâmetros fictícios cujo objetivo, ao final, é criar barreiras intransponíveis", afirmou. Na reunião, foi destacada ainda a necessidade de mobilização em torno da regulamentação interna: "A UFRJ corre risco de aprovar uma regra ainda mais dura para seus professores", completou Luciano.

Para ampliar o Conselho

A diretoria da Adufrj-SSind decidiu convocar eleições para completar os cargos vagos do Conselho de Representantes da Seção Sindical. Vai ser aproveitada a infraestrutura que será montada para o processo eleitoral do Andes-SN, nos dias 13 e 14 de maio. Confira o edital:

EDITAL

Eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind

De acordo com o disposto no Art. 46 do Regimento Geral e no Art. 4º, parágrafo 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind, convoco eleições para os cargos vagos do Conselho de Representantes da Adufrj-SSind, para complementação do mandato referente ao biênio 2013-2015, nos dias 13 e 14 de maio de 2014.

As listas de candidatos ao Conselho de Representantes deverão ser inscritas junto à Secretaria da Adufrj-SSind até o dia 05 de maio de 2014, de acordo com o disposto no Art. 14 do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Podem candidatar-se a cargo do Conselho de Representantes os docentes sindicalizados até 13 de janeiro de 2014, que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 45 do Regimento Geral e no Art. 8º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

São eleitores os docentes sindicalizados até 14 de março de 2014 que estejam em pleno gozo de seus direitos, de acordo com o disposto no Art. 36 do Regimento Geral e no Art. 2º do Regimento Eleitoral da Adufrj-SSind.

Cláudio Rezende Ribeiro
Presidente da Adufrj-SSind – Seção Sindical do Andes-SN

CONSUNI

Adufrj-SSind cobra cassação do Honoris Causa a Médici

Seção Sindical vai ao Conselho Universitário para solicitar a retirada do título concedido ao ditador, pela UFRJ, em 1972. Também é feita homenagem aos mortos e desaparecidos da universidade

Pedido ocorreu na sessão do dia 10 de abril

Elisa Monteiro

elisamonteiro@adufrj.org.br

Como parte das atividades de mobilização do dia 10 de abril, a 1ª vice-presidente da Adufrj-SSind, Luciana Boiteux, apresentou a deliberação da última Assembleia Geral de solicitar ao Conselho Universitário a cassação do título de doutor *Honoris Causa* concedido pela UFRJ ao ex-ditador Emilio Garrastazu Médici, em 1972: "Entendemos que este é um momento importante para refletir sobre o passado e as marcas que a ditadura imprimiu à universidade", disse Boiteux. "Uma ditadura que tinha por objetivo controlar a universidade por meio da cassação de professores, mas também por meio da violência", destacou.

"Além da interrupção de processo democrático de reformas que se colocavam em 1964, até hoje não concluídas, a época em que Médici foi ditador correspondeu ao período em que a universidade mais sofreu", justificou a dirigente, frisando o apoio do general ao Ato Inconstitucional nº5 (AI-5) e ao decreto-lei nº 477 (também chamado de "AI-5 das universidades").

A Seção Sindical prestou homenagem aos 25 militantes, entre professores e alunos, "mortos e desaparecidos reconhecidos por ação da ditadura". Todos os nomes foram lidos durante a reunião, o que emocionou os presentes.



Luciana Boiteux, pela Adufrj-SSind, apresenta o pedido de cassação do título de 1972

Foto: Marco Fernandes - 10/04/2014

Reitor diz ser o autor da proposta de ascensão funcional que dificulta a vida dos professores

Crítérios ruins já causam a divisão entre docentes da Universidade

Não era ponto da pauta, mas a regulamentação interna da carreira docente voltou a mobilizar as atenções na sessão do Conselho Universitário do dia 10. Durante a reunião, o reitor Carlos Levi assumiu a autoria da polêmica proposta para progressão docente com foco na pós-graduação *stricto sensu*, o que restringiria o acesso à classe dos Associados – todas as proposições em debate no colegiado podem ser conhecidas na página eletrônica da Adufrj-SSind. Levi disse ser "integralmente responsável pela condução da matéria" por fora da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD): "Não há paternidade

não assumida nem desrespeito aos canais oficiais", disse o reitor, tentando se justificar diante das críticas recebidas ao longo das últimas semanas.

Sobre o assunto, o decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro, ratificou os pedidos do Centro para que as propostas de regulamentação da progressão docente passem pelas demais comissões do conselho (até agora só a Comissão de Legislação e Normas foi chamada a opinar sobre o tema). Também reivindicou que a carreira de Educação Básica, Técnica e Tecnológica seja tratada com equidade em relação ao Magistério Superior. Além disso, posicionou-se contrariamente a um eventual debate em separado dos critérios de promoção à classe de Titular: "Sou contra que se trate a questão em separado (do restante da carreira)".

No mesmo sentido, Maria Malta (IE) também expressou preocupação com o "desmem-

bramento" do debate e defendeu que a discussão da carreira seja feita de maneira completa. Maria destacou que a diferenciação de critérios já causa cisão entre professores novos e antigos nas Unidades e Departamentos: "A proposta inicial da CPPD uniformizava todas as sistemáticas de avaliação. Esse é um princípio básico que a separação coloca em risco".

Ainda sobre a carreira, Roberto Leher (FE) destacou que, à luz da autonomia universitária, a carreira deve ser compreendida como parte do *ethos* acadêmico. Leher falou sobre as atuais distorções: "Temos hoje uma situação grave de solidariedade geracional. Em grande parte, nossos professores tiveram reajuste de mais ou menos metade do peso dos professores de final de carreira. E nossos colegas aposentados, grande parte como Adjuntos, estão com salários absolutamente deprimidos".

Terceirizados ocupam sessão

Funcionários de manutenção e limpeza contratados pela UFRJ via empresa Qualitécnica voltaram a denunciar atrasos no pagamento de salários e más condições de trabalho (a situação já havia sido noticiada na edição nº 837 do *Jornal da Adufrj*), desta vez na sessão do Consuni dia 10. "Cobram da gente compromisso de chegar às 6h, mas não tem dia certo para pagar. Tem gente que vive disso e não tem como pagar aluguel, com ameaça de despejo. É uma total falta de respeito", disse uma funcionária que se identificou como Marise, pelo grupo.

Pela administração central, Aracéli Cristina de Sousa Ferreira, pró-reitora de Gestão e Governança, disse, desta vez, que a universidade está com pagamentos atrasados à empresa. A dirigente atribuiu o

problema à falta de repasses do Tesouro Nacional. Segundo ela, com exceção de um recurso emergencial recebido em março, a universidade está à míngua desde o final de 2013.

Colaboração da UFRJ com forças de segurança?

Gabriela Nascimento Celestino (DCE) denunciou que a universidade cedeu às forças de segurança do Estado uma sala no sétimo andar do Centro de Tecnologia. O local estaria sendo usado como ponto de apoio e comunicação na ocupação do Complexo da Maré, vizinho ao *campus* do Fundão. "A universidade deveria servir à propagação de conhecimento. O DCE repudia a colaboração com a polícia e o Exército nessa ação de controle da comunidade e pede que a reitoria retome esse espaço." A assessoria do reitor negou a acusação (veja mais no Painel desta edição).

50 ANOS DO GOLPE MILITAR

Livro descreve o impacto da ditadura nas universidades

A UFRJ sofreu expurgos e, durante o regime, pela sua importância, foi uma das instituições mais vigiadas



Da Redação

O professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Rodrigo Patto Sá Motta, lançou aqui no Rio no final de março o livro "Universidades e o regime militar" (Zahar). A publicação traz o mais completo mapeamento da presença dos órgãos de repressão da ditadura iniciada em 1964 nas universidades brasileiras. Entre outras informações, Rodrigo revela que a UFRJ, pela sua importância e por agregar um dos polos mais ativos de resistência ao regime, foi a universidade mais vigiada.

Mas "Universidades e o regime militar" vai bem além do rastreamento dos órgãos repressivos nas instituições públicas de ensino superior. O valor do livro do professor da UFMG ganha fôlego ao esquadrihar a política "ambigua" dos militares para as universidades, na qual se combinava a repressão com investimentos em pesquisas de áreas consideradas estratégicas pelo regime, para o seu projeto desenvolvimentista.

Em outubro de 2013, Rodrigo Motta esteve na UFRJ a convite da direção do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e da Comissão da Verdade da universidade, para uma palestra. Os documentos recolhidos por Rodrigo



Antes da invasão. Faculdade de Medicina, na Praia Vermelha, ocupada por militares em 1966

durante sua investigação e que se relacionam com a repressão na UFRJ foram entregues num CD destinado ao acervo da Comissão da Verdade. Na ocasião, ele antecipou alguns dos principais pontos de sua pesquisa para o Jornal da Adufrj.

A conclusão principal do professor da UFMG é que as políticas da ditadura civil-militar para as universidades tiveram duas características: repressão com modernização. O regime investiu na expansão e na criação de universidades, prestigiando as áreas técnicas, ao mesmo tempo que implantou um caça às bruxas

contra professores considerados subversivos, principalmente da área de Humanas.

Ele informa, como exemplo, que em 1969, logo depois do AI-5, um expurgo atingiu com uma canetada 38 professores de instituições do Rio de Janeiro. Na UFRJ, o IFCS foi o mais atingido com a expulsão de professores como Maria Yedda Linhares e Manoel Mauricio de Albuquerque.

Em relação ao projeto modernizador do regime, que ele define como "modernização autoritária", de caráter conservador, Rodrigo diz que, para fazer a

economia crescer rapidamente, as universidades eram necessárias para a formação de mão de obra qualificada. Isso exigia, ele observa, que a universidade brasileira fosse reformada. No contexto, diz o pesquisador, havia dois projetos em disputa: um liberal, de reduzir o papel do Estado e abrir as instituições para o setor privado, cobrando taxas aos alunos, mais próximo do modelo americano. Outro, que defendia uma linha mais próxima da tradição brasileira e europeia, com as universidades ligadas ao Estado.

Prevaleceu o segundo modelo, ele diz. E para isso contribuiu, diz

o professor, a força política do movimento estudantil que impediu, por exemplo, que o projeto elaborado pelo MEC com a Usaid (a Agência Americana para o Desenvolvimento) passasse. O ponto central da iniciativa, ele lembra, era implantar o ensino pago nas universidades tal e qual existe nas universidades americanas.

Motta insiste na sua tese: "Foi, de fato, uma política ambígua que, ao mesmo tempo em que reprimia, modernizava", inclusive incorporando alguns elementos reivindicados pelo movimento de professores e estudantes. Neste caso, ele cita a reforma universitária, que acabou com as cátedras, criando os departamentos e o sistema de créditos, realizada durante o regime (em novembro de 1968, um mês antes do Ato Institucional nº 5).

Na UFRJ, como nas instituições universitárias mais dinâmicas, incluindo USP, Unicamp, Universidade de Brasília e a Universidade Federal de Pernambuco, a repressão foi dura, afirma Rodrigo. Censura, triagem para contratação de professores, expurgos, implantação de agências de segurança dentro das instituições, espíões infiltrados. Houve casos, ele registra, nos quais o regime matriculava militares nos cursos com o objetivo de fazer pressão e intimidação política.

As marcas da ditadura

Marco Fernandes - 08/04/2014

A professora Dora Santa Cruz, do Instituto de Nutrição, abriu, com um depoimento emocionado, o segundo ato sobre os 50 anos do Golpe e suas marcas na UFRJ. Dora expôs para a plateia de jovens, reunida no Teatro de Arena do CCS, histórias relacionadas ao cenário da bárbara repressão da ditadura implantada no país em 1964. A professora pertence a uma família de combatentes contra o regime militar e um dos seus irmãos, Fernando Santa Cruz, foi sequestrado e assassinado pela repressão no início dos anos 1970 quando estu-



Testemunho. Dora Santa Cruz faz relato da repressão que atingiu sua família

dava Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói.

Adufrj-SSind, DCE Mário Prata, DASCF e Coletivo de

Mulheres organizaram a atividade. A estudante Gabriela Celestino, uma das coordenadoras do coletivo, explicava que aquele ato homenageava

mulheres estudantes da UFRJ que foram assassinadas quando lutavam contra o regime militar. As imagens dessas estudantes foram expostas numa

espécie de varal no Teatro de Arena. Luciano Coutinho, diretor da Adufrj-SSind, disse que lembrar a ditadura ajuda a entender o nosso presente. Coutinho disse, ainda, que as marcas da ditadura estão ainda hoje na universidade.

O estudante de História e diretor do DCE Mário Prata, Gabryel Henrici, fez uma analogia entre a repressão na ditadura e a ocupação militar na Maré. Ele disse que 50 anos depois do golpe, a lógica da repressão continua sendo aplicada pelos donos do poder quando se trata de atingir principalmente as populações mais pobres.

50 ANOS DE GOLPE MILITAR

Divulgação Coppe - 10/04/2014

Coppe organiza debate sobre os Anos de Chumbo



OLHARES SOBRE O GOLPE. Da esq. para dir.: Raimundo, Cid, Pinguelli, Vladimir e Ivan

Da Redação

Ex-líder estudantil questiona conceito que caracteriza ditadura implantada há 50 anos como civil-militar

O ex-líder estudantil Vladimir Palmeira provocou perplexidade em setores da plateia que assistiam a um debate promovido pela Coppe ao atribuir ao golpe de 1964 um caráter estritamente militar. “Foi um golpe das instituições militares e não civil-militar ou empresarial-militar”, disse. Como se ausentou logo depois de sua fala, Vladimir não pode ouvir a dura contestação feita pelo ex-sindicalista e economista Ivan Pinheiro. Segundo Ivan, ao fazer tal afirmação, Vladimir desconhecia a existência da luta de classes. “Parece até que um grupo de militares malucos resolveu tomar o poder”, ironizou. No entendimento de Ivan Pinheiro, o golpe foi feito para implantar uma “ditadura burguesa” sob a forma de ditadura militar.

A Coppe reuniu na manhã de quinta-feira 10 um grupo de contemporâneos que participaram, em situações diversas, da resistência à ditadura. Além de Vladimir e Ivan, foram convidados os jornalistas Raimundo Rodrigues Pereira, um dos fundadores dos jornais Opinião e Movimento, e Cid Benjamin, ex-integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro

(MR-8), e o Capitão da Reserva do Exército, Ivan Soter, que integrou o grupo de militares que apoiou João Goulart. O debate organizado com o nome de “O golpe de 1964 e a resistência: múltiplos olhares” de fato permitiu o exame da ditadura por ângulos diversos. O diretor da Coppe, Luiz Pinguelli Rosa, mediu o encontro.

Ex-aluno da Faculdade de Direito da UFRJ, Vladimir foi um dos principais líderes da massa estudantil nos anos de 1967/68. No debate, Vladimir procurou se mostrar um militante de linha moderada, que sempre combateu os extremos e aberto ao diálogo. Em sua opinião, foi esse tipo de conduta que permitiu o apoio da

“O objetivo era tirar os trabalhadores da cena política”

Ivan Pinheiro
Ex-militante do MR-8

maioria dos estudantes e de outros setores da sociedade ao movimento em 1968. Ele disse que o grande legado daquelas lutas foi impedir que a ditadura privatizasse a universidade.

Ivan Pinheiro foi um dos principais líderes do movimento sindical da década de 1970. Ex-militante MR-8, atua desde a ditadura até hoje no PCB. Ivan caracteriza o golpe como uma ação da burguesia, aliada ao imperialismo e que teve o objetivo de derrotar os trabalhadores. Ele lembrou a intervenção nos sindicatos e a prisão e cassação de direitos políticos das lideranças trabalhadoras. “O objetivo era tirar os trabalhadores da cena política”, insistiu.

Punição para torturadores

Cid Benjamin hoje é jornalista. Sua jornada de resistência à ditadura ficou marcada por um feito histórico: foi um dos participantes do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick em 1969. Benjamin é hoje um dos integrantes da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro. Ele defendeu, no debate, a necessidade de abertura dos arquivos militares e da punição dos torturadores e dos envolvidos em assassinatos de militantes. Cid Benjamin, que pegou em armas, disse que a luta armada contra a ditadura foi um equívoco, mas afirmou que “é legítimo pegar em armas” contra a opressão.

Poucos jornalistas neste país viveram tão de perto as turbulências provocadas pelos anos

de ditadura no exercício profissional e as consequências da cumplicidade dos empresários da grande mídia com o regime como Raimundo Rodrigues Pereira. Ele lembrou a fúria do regime instalado em 1964 contra o jornal Última Hora, que defendia “a burguesia nacionalista e apoiava Jango”.

Segundo ele, esta foi a censura dos vitoriosos. Depois lembrou dos tempos em que trabalhou nos semanários Opinião e Movimento, a chamada imprensa alternativa que trazia notícias sonegadas pela grande imprensa. Ele acha que o movimento de massas que surgiu nos estertores da ditadura não entendeu de forma adequada a necessidade de um marco regulatório para a mídia.

Americanófilos

O golpe de 1964 encontrou Ivan Soter como tenente do Exército alinhado a João Goulart. No debate, ele fez um breve painel político as Forças Armadas. Disse que desde o início do século XX, o Exército se dividiu entre os nacionalistas alinhados a Floriano Peixoto e os germanófilos que seguiam Hermes da Fonseca. Na década de 1950, o enfrentamento entre nacionalistas e americanófilos se deu por causa da campanha “O Petróleo é Nosso”. E lembrou que, depois da morte de Getúlio, a direita militar só não deu o golpe, impedindo a posse de Juscelino Kubitschek em 1955, por causa do general Teixeira Lott, que garantiu o presidente constitucional.

Resistência docente

Na abertura da reunião, Luiz Pinguelli lembrou os tempos de militância na Adufrj (quando a entidade ainda era associação) que reunia professores em oposição ao regime militar. A professora Vera Salim, também da Coppe, representou a Adufrj-SSind. Ela disse que naquele momento, na sessão do Conselho Universitário, a Seção Sindical estava apresentando o pedido de cassação da concessão do título de Doutor Honoris Causa da UFRJ ao ditador Garrastazu Médici. Vera lembrou que é preciso olhar o passado para refletir sobre o futuro e observou que as marcas da ditadura estão presentes nos dias de hoje. Citou, especificamente, o caso da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), na qual estudantes que querem a retirada do nome de Médici do ginásio de esportes da Unidade são perseguidos pela direção da escola – que inclusive tem recorrido a PMs. O DCE Mário Prata, da UFRJ, foi representado no evento pelo estudante Gabryel Henri.



Vera Salim

50 ANOS DO GOLPE

CAP na resistência à ditadura

Ex-alunos que combateram a ditadura contam sua história aos estudantes de hoje do Colégio de Aplicação. Dois deles participaram de sequestros de diplomatas, trocados depois pela liberdade de presos políticos

Guilherme Karakida

Estagiário e Redação

“Os organizadores da repressão começaram a ver o colégio como instituição subversiva. Nós aqui respirávamos cidadania, liberdade e democracia”, disse Cid Benjamin, jornalista e escritor, ex-aluno do CAP-UFRJ, em debate realizado no último dia 4. Cinquenta anos depois do golpe, a Unidade deu a oportunidade para militantes contarem suas experiências da época aos alunos de hoje.

Fábio Garcez, professor de História da escola e um dos organizadores do evento, registrou a importância da iniciativa: “Este colégio não poderia deixar passar em branco os 50 anos da ditadura” “O CAP apresenta a particularidade de muitos dos seus alunos atuarem como protagonistas naquele momento tão dramático”, observou. Além de Cid Benjamin, os convidados foram José Sérgio Leite Lopes, professor de Antropologia do Museu Nacional da UFRJ e José Maurício Gradel.

Exilado por 23 anos

Todos sofreram consequências em função do período. O pior caso talvez seja o de José Maurício, que passou 23 anos exilado. Ele participou da luta armada e do sequestro do embaixador alemão Ehrenfried Von Holleben: “Eu me meti nessa pouca a pouco, quando percebi que era enganado e via desigualdades”. Naquela ocasião, o diplomata foi trocado por 40 presos políticos. Apesar dos anos longe da família e dos amigos, o militante não se arrepende de como agiu diante das circunstâncias. “Como atuei em ações que salvaram várias pessoas, acredito que a minha luta tenha valido a pena”, explica.

O jornalista Cid Benjamin era integrante do MR-8, guerrilha armada urbana do Rio que sequestrou o embaixador norte-americano Charles Elbrick, em 1969. A operação libertou 15 militantes de esquerda. O preço, porém, foi caro: sessões de tortura e nove anos de exílio. Ele es-



Comunidade do Colégio de Aplicação acompanhou debate sobre a ditadura organizado pelo Setor de História da escola



Da esq. para a dir.: Cid Benjamin, Fábio Garcez (mediador) e José Sérgio Leite Lopes

creveu o livro “Gracias a la vida: memórias de um militante”.

Pai e mãe perseguidos

José Sérgio teve o pai e a mãe perseguidos pela ditadura, o professor e físico José Leite Lopes e a matemática Maria Laura. Ambos foram

cassados da universidade. A família foi obrigada a sair do país e ele, na França, conviveu com o famoso Maio Estudantil Francês, em 1968. Em 1969, regressou ao Brasil e cursou Economia na PUC: “A universidade (católica) era um espaço de refúgio es-

tudantil, porque, como tinha relações com a Igreja, os militares pensavam duas vezes antes de entrar lá”, explicou. “Fiz uma carreira normal para um tempo conturbado, mas muitos colegas meus morreram e outros desapareceram”, completou.

Ataque à sede do PSTU

No dia 1º de abril, após um ato de “descomemoração” dos 50 anos do golpe militar no Brasil, a sede do PSTU Rio sofreu um ataque. Houve uma tentativa de arrombamento da sede, no Centro do Rio. Pedacos de madeira e uma pedra portuguesa quebraram vidraças no local. Há divergências, nas redes sociais, quanto à autoria desta ação.

Por meio de nota, a diretoria da Adufrj-SSind condenou a agressão: “A diretoria da Adufrj – Seção Sindical registra total repúdio aos ataques feitos à Sede do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado do Rio de Janeiro no dia 1º de abril de 2014. Neste momento marcante da história brasileira, quando se descomemora os 50 anos do golpe civil-militar de 1964, é perturbador constatar que a liberdade político-partidária ainda recebe diversas formas de agressão. É intolerável este tipo de ação; a construção da luta pelo fim do capitalismo só pode se dar pela produção de liberdade”.

Fotos: Marco Fernandes - 04/04/2014

50 ANOS DO GOLPE

“Ditadura não acabou para os pobres”, diz mulher de Amarildo

Darlan de Azevedo

Guilherme Karakida

Estagiários e Redação

A Faculdade Nacional de Direito da UFRJ abriu as portas para o Grupo Tortura Nunca Mais (RJ) homenagear, com a Medalha Chico Mendes de Resistência 2014, a luta de ferrenhos opositores do regime militar. Também foram honradas as recentes vítimas de agentes da Polícia Militar.

Foi o caso de Amarildo de Souza, morador da favela da Rocinha, desaparecido em julho do ano passado após ação da PM na comunidade. Investigações revelaram que o pedreiro foi torturado até a morte por policiais da UPP local: “Após cinquenta anos, vemos que a ditadura ainda não acabou. Talvez tenha acabado para os ricos, mas, para nós, pobres, a repressão ainda é a mesma”, afirmou Elizabete de Souza, esposa de Amarildo.

As manifestações de junho de 2013 também mostraram a intensidade da violência do Estado. O primeiro condenado dessa onda repressora foi o catador de latinhas e morador de rua Rafael Braga, de 26 anos, acusado pelo porte de artefato explosivo (ele foi preso com garrafas pet contendo água sanitária). Rafael ainda aguarda, encarcerado, o julgamento e sua mãe foi quem recebeu a homenagem.

Por outro lado, integrantes do Ministério Público Federal têm agido ativamente para apurar e garantir a responsabilização penal dos agentes do Estado que praticam excessos e seu consequente envolvimento com crimes contra os direitos humanos. Coordenadora da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, a subprocuradora geral da República, Raquel Dodge, por exemplo, investiga o caso de Rafael Braga. Ao receber a medalha Chico Mendes, ela afirmou que os abusos policiais são recorrentes: “Não devemos acreditar que o Rafael foi um caso isolado. Recentemente, vimos o que a polícia fez com a Cláudia (Ferreira, arrastada por mais de 200 metros por uma viatura) e nossa luta para punir quem pratica esses crimes bárbaros é incessante”, completou.

Sob a responsabilidade de Raquel e de Sérgio Gardenghi Suiama (procurador do MPF), um projeto, criado em 2011, já promoveu oito ações penais contra 17 agentes da ditadura. No entanto, Suiama expôs as dificuldades das investigações: “Existe um obstáculo natural que é a passagem de tempo. Muitas testemunhas e torturadores já morreram, o que desacelera o processo”, explicou. Todos esses processos até agora foram arquivados pelo Judiciário.

Homenagem às vítimas do passado e do presente

Grupo Tortura Nunca Mais entrega a Medalha Chico Mendes de Resistência 2014 para militantes que combateram a ditadura e também para os que lutam contra (ou sofreram com) a violência atual do Estado



Salão Nobre da FND recebeu a cerimônia, que é realizada há 26 anos pelo GTNM-RJ

Ivan Proença recebe saudação especial durante o evento

Ivan Proença, capitão do regimento presidencial de João Goulart em 1964, também recebeu menção especial no evento realizado no salão nobre da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ. Graças a ele e sua tropa, 300 estudantes da FND conseguiram escapar de um cerco organizado por golpistas (conforme já noticiado na edição anterior do *Jornal da Adufrj*). A presidente do GTNM-RJ, Victória Grabois, destacou o fato: “Esta instituição é um espaço de resistência”.

O Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM) existe desde 1985, ano em que foi decretado o fim da ditadura. A organização reivindica a punição dos torturadores e a abertura dos arquivos daquele período. Além disso, exige a erradicação da tortura e a desmilitarização da polícia.

Os homenageados de 2014

Há 26 anos, o grupo concede a Medalha Chico Mendes para militantes que lutam pela defesa dos direitos humanos.

A Medalha tem como promotores, além do Grupo Tortura Nunca Mais, outras 14 entidades, entre elas a ABI, a Comissão de Direitos Humanos da OAB do Rio de Janeiro, o MST, o Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL), a Justiça Global, o PCB, a Rede de Movimentos e Comunidades contra a Violência e o Comitê Chico Mendes.

Neste ano, os homenageados foram: Adriano Fonseca Filho (guerrilheiro do Araguaia – *in memoriam*); Amarildo de Souza (desaparecido na UPP da Rocinha – *in memoriam*); Amir Haddad (artista e criador do Grupo “Tá na Rua”); João Goulart (então presidente do Brasil em 64); Julian Assange (fundador do *Wikileaks*); Ládio Veron (cacique Guarani-Kaiowá); Luiz Cláudio Cunha (jornalista e escritor do livro “Operação Condor- O sequestro dos uruguaios: uma reportagem dos tempos da ditadura”); Luiz Maranhão (membro do Comitê Central do PCB – *in memoriam*); Manoel Martins (advogado e ex-preso político); Marcos Antônio da Silva Lima (marinheiro assassinado pela ditadura – *in memoriam*); Rafael Braga (morador de rua preso nas manifestações de 2013); Raquel Dodge (subprocuradora da República); Sérgio Gardenghi Suiama (procurador do Ministério Público Federal/RJ).

Foto: Samir Tosta - 01/04/2014

Em Xerém, aulas só até 17h

Contrato com a empresa limita o funcionamento do gerador de energia para os contêineres, atuais "salas" do polo

Por falta de diesel, local já ficou sem luz por uma semana

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

O polo avançado de Xerém, um dos frutos do Reuni, ainda luta para se estabelecer. Professores, estudantes e técnico-administrativos são obrigados a encerrarem suas atividades ao fim da tarde. Isto porque o gerador de energia para os contêineres onde ocorrem as aulas funciona apenas das 8h às 17h. O contrato com a empresa que fornece o diesel para o equipamento não permite a extensão além desse horário.

Esse foi o quadro que dois diretores da Adufrj-SSind, os professores Cláudio Ribeiro e Luciano Coutinho, encontraram ao realizar uma primeira visita da atual gestão ao lugar.

Em Xerém, atuam cerca de 60 docentes efetivos, de um quadro de aproximadamente 70 professores. Atualmente, o polo oferece três cursos: Biotecnologia, Nanotecnologia e Biofísica. Estuda-se a criação de outros dois, para a transformação do local em um *campus*: Engenharia Física e Biofármacos. A perspectiva é que o futuro *campus* tenha 1.200 alunos nos cinco cursos.

Alvenaria à vista

O polo funciona no terreno da prefeitura onde também se situa o estádio de futebol do Tamoio, do Duque de Caxias Futebol Clube. Mas tudo in-



Gerador a diesel com baixa autonomia é só um dos problemas do polo da UFRJ, com seus contêineres (abaixo)



dica que o endereço da UFRJ em Xerém mude. Está em finalização um prédio construído pela Petrobras às margens da BR-040 como contrapartida de um acordo com a prefeitura de Caxias. O prédio

seria destinado à Universidade Municipal de Duque de Caxias. A instituição, porém, não existe. Então, como forma de cumprir com a UFRJ a oferta de infraestrutura para os cursos, a prefeitura muni-

cipal cederá as novas instalações para a universidade, por 50 anos.

Carreira

Cláudio Ribeiro e Luciano Coutinho aproveitaram a

visita ao polo para deixarem materiais explicativos sobre a carreira docente. Uma nova ida a Xerém deve acontecer logo. Carreira, Funpresp e progressão docente estarão na pauta.

IMPOSTO DE RENDA

Declarações estão disponíveis desde o dia 9

Atraso ocorreu por conta de erro do MPOG

No último dia 7, a Pró-reitoria de Pessoal (PR-4) divulgou em sua página eletrônica (www.pr4.ufrj.br) como está a distribuição, para os servidores da universidade, das declarações de rendimentos 2014 – Ano-base 2013 para

fins de imposto de renda. Desde o dia 9, estão disponíveis, na intranet-UFRJ, as declarações de 11.346 servidores e pensionistas que são beneficiários de uma ação judicial do Sintufuj (devolução do desconto de PSS – Plano de Seguridade Servidor – sobre a gratificação natalina).

A demora no envio se deu depois que a PR-4 identificou um erro de emissão, gerado pelo Ministério do Planejamento, dessas declarações dos beneficiários da ação do Sintufuj. Um

segundo atraso ocorreu, pois a pró-reitoria decidiu só enviar o arquivo para a Receita Federal com todos os cálculos concluídos e precisou verificar situações como: servidor com duas matrículas, servidor na ativa que recebe pensão e servidor com aposentadoria e pensão.

Para os aposentados e pensionistas, as declarações foram enviadas também pelos correios, em 9 de abril. Nos próximos dias, os documentos deverão chegar às residências. "Para

quem achar que não conseguirá recebê-lo a tempo de declarar, poderá fazer a retirada nos polos da PR-4", disse o pró-reitor de Pessoal, Roberto Gambine.

Há um polo de atendimento no *campus* Praia Vermelha, em frente à subprefeitura da UFRJ. O outro fica no oitavo andar do prédio da reitoria, no Fundão, nas salas 833 a 843. "Orientamos a quem não mora na cidade do Rio de Janeiro, ou fora do estado, que nos procure por telefone para que estas declara-

ções sejam enviadas por *e-mail*. Pois nesses casos, a probabilidade de os Correios atrasarem as entregas é muito maior", completou Gambine.

Os telefones da PR-4 para dúvidas sobre como proceder à retirada da declaração são: 3938-9613 / 3938-9614 / 3938-9615 / 3938-9616 / 3938-1670 / 3938-1760 / 3938-1924 (Fundão). Na Praia Vermelha, os aposentados e pensionistas podem receber orientações pelo: 3938-5095.

PAINEL ADUFRJ DA REDAÇÃO

Migração

Está prevista para os próximos dias mais um encontro na Praia Vermelha sobre a migração de seus cursos para o Fundão.

Acredite

Bandeirão em contêineres seria uma proposta da reitoria para o campus da Praia Vermelha.

PNE

A votação do Plano Nacional de Educação (PNE) na comissão especial da Câmara foi novamente adiada, dessa vez para o dia 22 de abril.

Para ser aprovado, o texto do relator Angelo Vanhoni (PT-PR) tem que passar por votação, assim como os quase vinte destaques apresentados.

Conferência

O Sindicato Nacional também participa da construção do Encontro Nacional de Educação, que acontecerá no Rio de Janeiro, entre os dias 8 e 10 de agosto.

O Encontro tem caráter de independência das esferas oficiais e neste aspecto faz um contraponto à Conferência Nacional de Educação (Conae), prevista para o início deste ano, mas adiada pelo governo.

Plim Plim

Em dez anos de governo petista, o Palácio do Planalto transferiu para a TV Globo R\$ 6 bilhões em verbas publicitárias, isso mesmo com a queda notável da audiência da emissora. A Globo perdeu cerca de um terço do público na última década.

UFRJ não cedeu salas a militares

A informação segundo a qual instalações do CT da UFRJ estavam sendo utilizadas para a logística de militares envolvidos na ocupação da Maré foi negada com veemência pela Reitoria. Veja a nota divulgada pelo gabinete do Reitor.

Fernando Frazão/Agência Brasil - 31/03/2014

A UFRJ autorizou a Marinha a realizar manutenção de antenas repetidoras, localizadas no terraço do prédio do CT. Em momento algum, houve autorização para instalação de base policial ou militar nos espaços da universidade. Assim como diversas outras instituições federais, estaduais e municipais, a Marinha utiliza o terraço do prédio para transmissão de dados. O projeto Baixada Digital, que retransmite dados para escolas públicas da rede estadual, por exemplo, é um dos que possuem antenas no local.



Universidade diz que não colaborou com invasão da Maré

A Reitoria tem acompanhado com atenção os desdo-

bramentos da ocupação da Maré e seu impacto na vida dos moradores. Essa atenção se estende a docentes,

técnico-administrativos e alunos da UFRJ que atuam em diversos projetos de extensão na comunidade

e de e temos total interesse em acompanhar, cooperar e fortalecer os projetos e políticas públicas no local.

Universidade homenageia professor mexicano

Marco Fernandes - 07/04/2014

O Professor Leoncio Lara Seanz (foto) recebeu na última segunda-feira (7) o título de Doutor Honoris Causa, em sessão solene, realizada no Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ. Seanz é membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do México, fundador da Rede de Defensores Universitários

e foi o único advogado geral das três universidades mais importantes do México: UNAM (Universidade Nacional Autónoma do México), Instituto Politécnico e UAM (Universidade Autónoma Metropolitana).

Em entrevista à Adufrj-SSind, o docente, considerado um grande constitu-

cionalista e romanista no campo Direito, principalmente de direitos humanos, aproveitou a ocasião para comentar sobre os abusos da Polícia Militar durante manifestações pacíficas e a brutalidade exercida nas classes mais pobres. Para ele, a solução é recorrer à órgãos internacionais.



VIDA DE PROFESSOR

Diego Novaes



CIDADE

Mais Saúde, menos Copa

Manifestação critica milionários gastos dos megaeventos em detrimento dos investimentos no setor público

Atividade ocorreu em 7 de abril

Silvana Sá

silvana@adufrj.org.br

Mostrar o absurdo contraste entre os gastos dos megaeventos esportivos (Copa e Olimpíadas) e a falta de investimento no setor público de Saúde. Esse foi o objetivo de um protesto realizado no Largo da Carioca (centro do Rio) em 7 de abril, justamente o Dia Mundial da Saúde.

Para Luiz Sérgio Ribeiro, da CSP-Conlutas, não havia o que comemorar na data: "Hoje é um dia de luta e não de celebração. São milhões de reais destinados aos juros da dívida. Outros milhões gastos em megaeventos, enquanto nós amargamos o abandono da Saúde e da Educação".

Pelo Andes-SN, a professora Sônia Lúcio (da Regional Rio) chamou atenção para o aprofundamento da privatização dos serviços da área: "A Saúde não é mercadoria. A população precisa entender que seus impostos não têm sido dirigidos para os serviços públicos, mas para sustentar o lucro do empresariado. Para barrar esse processo, é necessária a unidade da classe trabalhadora".

A dirigente também falou da luta no estado contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, proposta privatizante do governo para os HUs: "O Rio tem sido fundamental na luta contra a privatização da Saúde. Nós barramos a Ebserh nos hospitais da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), UFF (Universidade Federal Fluminense) e UniRio (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)".

"Este é um ato contra a privatização da vida", destacou a professora Maria Inês Bravo, da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. "Várias entidades que aqui estão compõem o Fórum do Rio de Janeiro e a Frente Nacional. Andes-SN, Fasubra e Sindsprev são fundamentais na defesa da Saúde Pública".

"Infelizmente não temos o que comemorar, porque vivemos uma situação de crescente precarização. Entre tantos problemas, a única vitória foi termos conseguido barrar a Ebserh (nas universidades federais do Rio)", afirmou Fátima Siliansky, conselheira da Adufrj-SSind e componente do Fórum Estadual de Saúde.

Pela Fasubra, o coordenador



Depois do Largo da Carioca, a manifestação prosseguiu até a Cinelândia. O encerramento ocorreu nas escadarias da Câmara

geral Francisco de Assis, que também é dirigente do Sintufrj (sindicato dos técnicos-administrativos da UFRJ) reforçou as críticas: "Precisamos denunciar os seguidos ataques que o governo e o capital têm feito à Saúde. A luta é de todos nós, trabalhadores, estudantes, ativos e aposentados".

"Da Copa eu abro mão"

Alexandre Pessoa, dirigente do Sindicato Nacional dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz (Asfoc-SN), também atacou o desperdício de dinheiro

público com os megaeventos: "O governo parece só se preocupar com a Copa do Mundo, em transmitir uma imagem que não é a realidade dos trabalhadores do nosso país", destacou.

Tatiani Araújo, pelo Coletivo Mulheres em Luta, lembrou da precária assistência à população, em especial à mulher: "Enquanto milhões são gastos em estádios, nossa população está completamente desassistida. Desde que o Sistema Único de Saúde foi fundado, o que vemos é um crescente processo de sucateamento na atenção à Saúde.

Nós, mulheres, somos vítimas constantes. Programas como a Rede Cegonha são uma completa falácia. Servem apenas para gerar mídia favorável ao governo, enquanto nossas mulheres estão tendo seus filhos nas portas dos hospitais por falta de leitos".

Planos de saúde sem fiscalização

A Associação dos Servidores e demais Trabalhadores da Agência Nacional de Saúde Suplementar (Assetans) denunciou a Medida Provisória

627/2013, de relatoria do deputado federal Eduardo Cunha (PMDB). A MP prevê a drástica redução no valor das multas a operadoras de planos de saúde que se neguem a realizar procedimentos. Além da diminuição do valor, a medida reduz também o número de procedimentos pelos quais elas podem ser multadas: de um máximo de 50 para somente dois. Na prática, a MP acaba com o poder de fiscalização da ANS. A MP foi aprovada na Câmara dos Deputados e foi enviada recentemente para o Senado.



Continua a luta contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) em todos os atos do Fórum de Saúde do Rio